

CONTRATO CEDAE N.º 112 /2019 (DSG)

Contrato que entre si celebram a **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)** e a **PETROTANQUE METALÚRGICA LTDA.**

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob o n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.352.394/0001-04, por meio de seus diretores ao final assinados, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Sr. JOSE BANDEIRA DE MELLO JUNIOR, e Diretor de Saneamento e Grande Operação, Sr. MARCOS ABI-RAMIA CHIMELLI, doravante denominada **CEDAE**, e a **PETROTANQUE METALÚRGICA LTDA.**, sediada na Avenida José Roberto Pontes, nº 2.895, Distrito Edgard Archimedes, Cedral - SP, CEP: 15.895-970, inscrita no CNPJ sob o nº. 02.324.640/0001-82, neste ato por meio de seu Sócio, ao final assinado, Sr. GABRIEL GARCIA DE SOUZA NETO, brasileiro, portador da cédula de identidade nº. 21.538.885-9, expedida pelo SSP/SP, inscrito no CPF sob n. 112.241.258-43, residente e domiciliado na Rua Professor Leonor Ramos, nº 133, Bairro Residencial Dahama I, São José do Rio Preto/SP, CEP: 15.061-712, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato com fundamento no Processo Administrativo **E-07/100.266/2019**, mediante **Pregão Eletrônico nº 616/2019 - ADPR-31**, que se regerá pelas normas da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo que dispõe o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEDAE - RILC, pelos preceitos de direito privado, pelas normas da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto Estadual nº 31.864, de 16/09/2002 e pela Lei Complementar Federal nº 123/06, estando sujeito às disposições da Lei Estadual 7.539 de 27 de março de 2017, além das demais disposições legais aplicáveis, pelos preceitos de direito privado, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a "**Aquisição de tubos telescopados para a 2ª adutora de Ribeirão das Lajes, DN 1750 (trecho Ponte Coberta - Inhaúma - RJ)**", conforme especificado no Termo de Referência, Anexo II do Edital, que passa a integrar a presente contratação embora não transcrito e tabela abaixo.

ITENS	DESCRIÇÃO	QUANT.
01 (COTA PRINCIPAL)	TUBO TELESCOPADO DE AÇO 3/8" DN 1750 mm - 2ª ARL - TRECHO PONTE COBERTA / INHAÚMA	09 CJ
02 (COTA RESERVADA)	TUBO TELESCOPADO DE AÇO 3/8" DN 1750 mm - 2ª ARL - TRECHO PONTE COBERTA / INHAÚMA	01 CJ

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O prazo de entrega será de **60 (sessenta) dias**, contados a partir da entrega da Ordem de Fornecimento, que poderá ser emitida após a assinatura do contrato, sendo a entrega de forma integral, conforme previsto no Termo de Referência (Anexo II do Edital).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O decurso do prazo estipulado não acarretará, por si só, a resolução do ajuste, continuando as partes contratualmente obrigadas até que se opere o aceite definitivo do objeto, respondendo a **CONTRATADA** pela mora a que der causa.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O prazo ora previsto poderá ser alterado por acordo entre as partes, por meio de termo aditivo, devendo ser observado, neste caso, o disposto no art. 205 do RILC.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato por ordem da CEDAE, o prazo de execução será automaticamente prorrogado por igual período, bastando o registro formal de interrupção no processo administrativo, conforme art. 206 do RILC.

PARÁGRAFO QUARTO - A prorrogação de prazo formalizada por culpa da **CONTRATADA** impedirá que o período acrescido à execução seja considerado para fins de reajuste.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE

Constituem obrigações da **CEDAE**:

- a) efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, vinculados à execução satisfatória do presente contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato;
- d) aceitar provisória e definitivamente o objeto do contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) entregar os bens observando a quantidade, qualidade, local e prazos especificados no termo de referência desta contratação, cujo teor integra o presente ajuste;
- b) entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para a **CEDAE**, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como transporte, frete, embalagem, testes, seguros, carga e descarga e ainda quaisquer tributos de qualquer natureza que incidam sobre o fornecimento ora pactuado;
- c) manter em estoque um mínimo de bens necessários à execução do contrato;
- d) comunicar o Fiscal do contrato, por escrito, sobre qualquer problema ou impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- e) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte, e às suas expensas, bens objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
- f) indenizar todo e qualquer prejuízo causado à CEDAE ou a terceiros pela má execução do contrato;
- g) atender, em prazo razoável, a todas as determinações formuladas pela Comissão de fiscalização da **CEDAE**; e
- h) manter as condições de habilitação inicialmente exigidas para esta contratação durante todo o período de vigência contratual.
- i) atender todas as determinações da fiscalização da **CEDAE**;
- j) responder pelo contrato na forma da lei.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR DO CONTRATO

A **CONTRATADA** se obriga a executar o objeto em regime de fornecimento integral, pelo preço de **R\$ 319.500,00 (trezentos e dezenove mil e quinhentos reais)**, conforme tabela abaixo.

ITENS	DESCRIÇÃO	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01 (COTA PRINCIPAL)	TUBO TELESOPADO DE AÇO 3/8" DN 1750 mm – 2° ARL – TRECHO PONTE COBERTA / INHAÚMA	09 CJ	R\$ 31.950,00	R\$ 287.550,00
02 (COTA RESERVADA)	TUBO TELESOPADO DE AÇO 3/8" DN 1750 mm – 2° ARL – TRECHO PONTE COBERTA / INHAÚMA	01 CJ	R\$ 31.950,00	R\$ 31.950,00
VALOR TOTAL				R\$ 319.500,00

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O preço ajustado inclui o lucro e todos os custos dos serviços, sejam diretos ou indiretos, responsabilizando-se a **CONTRATADA** por toda e qualquer despesa ainda que não prevista textualmente neste Contrato, inclusive a que decorrer de ato ou fato que implique em transgressão ou inobservância de qualquer dispositivo legal ou regulamentar, federal, estadual ou municipal.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2019, assim classificados:

Programa de Trabalho: 1200226064
 Conta Orçamentária: 411110202
 Fonte de Recursos: 10
 Código Orçamentário: 33.90.30.10
 Centro de Custos: DG00020000
 ID da Reserva Orçamentária: 2019000795

CLÁUSULA SEXTA – CONDIÇÕES PARA PAGAMENTO

O(s) pagamento(s) à **CONTRATADA** será(ão) realizado(s) no prazo máximo de até 30 (trinta) dias contados de cada recebimento provisório previsto na cláusula décima quinta.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A **CONTRATADA** é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados. Os bens ou os materiais cujos padrões de qualidade e desempenho estejam em desacordo com a especificação serão recusados pelo responsável pela execução e fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 05 (cinco) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A fiscalização efetuada pela **CEDAE** não excluirá ou atenuará a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a eximirá de manter fiscalização própria.

PARÁGRAFO QUARTO - A verificação, pela Comissão de Fiscalização, de qualquer irregularidade no(s) objeto(s) entregue(s) **impedirá o seu recebimento provisório**, ficando

consequentemente suspenso o prazo para pagamento, que somente voltará a correr quando solucionado o problema.

PARÁGRAFO QUINTO - A suspensão do prazo para pagamento será efetuada na data em que ocorrer a notificação formal da **CONTRATADA** acerca da irregularidade/pendência constatada, podendo ser realizada por meio de correspondência eletrônica.

PARÁGRAFO SEXTO - Os pagamentos devidos serão efetuados pela **CEDAE** mediante crédito em conta bancária indicada pela **CONTRATADA** no banco **BRABESCO**, ficando autorizada a indicação de outra conta somente quando justificada tal impossibilidade.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste contrato, serão feitos mediante desconto de 2% (dois por cento) ao mês, *pro rata die*. Os juros e a atualização previstos neste parágrafo não correrão durante o período de suspensão do prazo para pagamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação na execução deste contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA IMPOSSIBILIDADE DE MODIFICAÇÃO DO CONTRATO PELA SUPRESSIO

O atraso, a tolerância ou a omissão da **CEDAE** no exercício de suas prerrogativas jamais ensejará a modificação automática das cláusulas avençadas, não sugerindo qualquer renúncia de direitos por parte desta que poderá exercê-los a qualquer tempo.

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Este contrato poderá ser alterado por acordo entre as partes, formalizado por meio de Termo Aditivo, com observância do disposto nos art. 209 a 211 do RILC.

PARÁGRAFO ÚNICO - As alterações que se fizerem necessárias nas quantidades ou qualidade do serviço contratado deverão observar os limites do §1º do art. 81 da Lei 13.303/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTE

O valor do fornecimento será irreeajustável durante toda vigência do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitarão a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que lhe couber, às penalidades seguintes:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a **CEDAE** por prazo não superior a 2 (dois) anos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b" do caput desta cláusula, serão impostas pelo Diretor responsável, na forma do art. 21, §1º, do Procedimento de aplicação de sanções da **CEDAE**.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a **CEDAE**, previstos na alínea "c" do caput desta cláusula, será imposta pelo

Diretor Presidente desta Companhia, na forma do art. 21, parágrafo terceiro, do Procedimento de Aplicação de Sanções da **CEDAE**.

PARÁGRAFO QUARTO - A multa administrativa, prevista na alínea "b" do caput, será aplicada à **CONTRATADA** pelo descumprimento de suas obrigações acessórias, observando o que segue:

- i) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento), aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas **não** executadas;
- ii) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta;
- iii) O somatório das multas administrativas deverá observar o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho.
- iv) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade; e
- v) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso, com a multa rescisória e com a multa prevista na cláusula décima oitava, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa.

PARÁGRAFO QUINTO - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", do caput desta cláusula, será aplicada conforme as disposições do art. 9º do Procedimento de Aplicação de Sanções da CEDAE, observando o seguinte:

- i) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- ii) sem prejuízo de outras hipóteses, **deverá** ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito deste valor no prazo devido;

PARÁGRAFO SEXTO - A aplicação das penalidades acima referidas, em virtude das infrações contratuais retro mencionadas, não importará em renúncia, por parte da **CEDAE**, da faculdade de declarar rescindido o contrato, se assim entender conveniente ao interesse público.

PARÁGRAFO SÉTIMO - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** a **multa de mora** por dia útil que exceder ao prazo estipulado, conforme percentuais abaixo:

- a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso; e
- b) 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, até o limite máximo de 20%.

PARÁGRAFO OITAVO - As multas porventura aplicadas serão consideradas dívidas líquidas e certas, ficando a **CEDAE** autorizada a descontá-las das garantias prestadas, e caso estas sejam insuficientes, dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**; ou ainda, quando for o caso, cobrá-las judicialmente, servindo para tanto, o instrumento contratual como título executivo extrajudicial.

PARÁGRAFO NONO - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação de defesa.

I) A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 10 (dez) dias úteis.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Todas as multas previstas neste contrato, incluindo a rescisória e a prevista na cláusula décima oitava, serão somadas quando aplicadas cumulativamente, e terão como limite seus respectivos percentuais máximos.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão com as consequências cabíveis.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A rescisão contratual poderá ocorrer por:

I - Ato unilateral e escrito, quando verificada a ocorrência de qualquer das situações descritas no art. 222 do RILC;

II- Acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de contratação, desde que seja vantajoso à CEDAE; ou

III - Decisão judicial ou arbitral.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo administrativo que ensejou a contratação, sendo assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e ampla defesa.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Quando a rescisão ocorrer por interesse exclusivo da **CEDAE**, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, esta será ressarcida dos prejuízos que houver sofrido.

PARÁGRAFO QUARTO - A rescisão por ato unilateral da **CEDAE**, quando justificada no descumprimento de obrigações contratuais por parte da **CONTRATADA**, acarretará a aplicação de multa rescisória, no percentual de 10% (dez por cento) calculada sobre o saldo reajustado do contrato, bem como a execução da garantia contratual e/ou a utilização dos créditos decorrentes do próprio contrato.

PARÁGRAFO QUINTO - A **CEDAE** se reserva o direito de cobrar indenização suplementar em juízo se ficar constatado que o prejuízo causado foi superior ao valor da multa rescisória aplicada, conforme autorização contida no art. 416, parágrafo único, *in fine*, do Código Civil.

PARÁGRAFO SEXTO - A rescisão contratual por acordo entre as partes será da competência da autoridade referida no art. 25 do RILC; enquanto a rescisão unilateral ficará a cargo do Diretor responsável pela contratação, conforme art. 15 do Procedimento Interno de Sanções da **CEDAE**.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DA GARANTIA

A **CONTRATADA** deverá prestar garantia contratual, optando por uma das modalidades previstas no §1º do art. 70 da Lei 13.303/16.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O comprovante deverá ser apresentado na Tesouraria da CEDAE, no 6º andar do prédio Sede, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do instrumento.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A garantia deverá ser prestada em percentual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, com exceção apenas da caução em dinheiro, que poderá ser prestada em percentual inferior, correspondente a 1,5% (um e meio por cento).

PARÁGRAFO TERCEIRO - A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

PARÁGRAFO QUARTO - A garantia que vier a ser prestada na modalidade de seguro ou de fiança bancária deverá ser firmada de modo a abranger todos os prejuízos resultantes da execução deste contrato, decorrentes de conduta dolosa ou culposa da **CONTRATADA**, incluindo as multas pecuniárias aplicadas pela **CEDAE**.

PARÁGRAFO QUINTO - Se da contratação resultar a transferência da posse direta de bens da CEDAE à **CONTRATADA**, em valor total superior a **R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)**, será exigido, ainda, o **seguro multirriscos básico** que conterà as seguintes

coberturas adicionais mínimas: Danos Elétricos, Subtração de Bens e Mercadorias, Responsabilidade Civil de Operações, Responsabilidade Civil do Empregador, Equipamentos Estacionários e Móveis, cuja cobertura alcançará o valor total destes bens.

PARÁGRAFO SEXTO - A garantia somente poderá ser liberada após o recebimento definitivo do objeto, cabendo à **CONTRATADA** formular tal solicitação.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A garantia que não for prestada em dinheiro deverá ser firmada com prazo de validade superior à vigência do contrato administrativo em, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias

PARÁGRAFO OITAVO - A **CONTRATADA** se declara ciente de que as alterações de valor e/ou de prazo efetuadas no contrato importarão na necessidade de reforço e/ou prorrogação da garantia prestada, não se eximindo a **CONTRATADA** desta responsabilidade mesmo quando silente o aditivo formalizado.

PARÁGRAFO NONO - Nos casos em que os valores das multas vierem a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, sob pena de multa e/ou de rescisão administrativa do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A garantia que for prestada na modalidade fiança bancária deverá ser apresentada conforme modelo constante do Anexo X do Edital.

PARÁGRAFO DÉCIMO-PRIMEIRO - O atraso da **CONTRATADA** em prestar ou revalidar a garantia autorizará a **CEDAE** a promover o bloqueio dos pagamentos devidos até o limite máximo de 5% (cinco por cento) do valor do contrato. Uma vez prestada a garantia, esta substituirá o bloqueio.

PARÁGRAFO DÉCIMO-SEGUNDO - O bloqueio efetuado com base no parágrafo anterior não gerará direito a nenhum tipo de compensação financeira à **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO DÉCIMO-TERCEIRO - A **CEDAE** se ressalva o direito de pleitear em juízo as perdas e danos que não puderem ser reparados através da garantia prestada.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CEDAE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

PARÁGRAFO ÚNICO - Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a Juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA – DA ACEITAÇÃO PROVISÓRIA DO OBJETO

A aceitação provisória nos contratos de aquisição ocorrerá conforme o número de parcelas de fornecimento, mediante o recebimento do material no almoxarifado da Companhia ou fora deste, observando-se os seguintes procedimentos:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os materiais e equipamentos entregues no almoxarifado serão recepcionados e devidamente conferidos pelo Chefe do Almoxarifado. Em seguida, deverão sofrer inspeção técnica por parte do Departamento de Pesquisa de Material – GSU-2 e, posteriormente, pela Comissão de Fiscalização do Contrato, que os aceitarão provisoriamente pela emissão do TERMO DE RECEBIMENTO E INSPEÇÃO DE MATERIAL (doc. Ref. ANEXO IV da Ordem de Serviço “E” n. 14.693/2017).

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os materiais e equipamentos entregues fora do almoxarifado serão recepcionados por pelo menos um dos membros da Comissão de Fiscalização do Contrato, que será responsável pela verificação das conformidades, validando a aceitação destes, pela

emissão do TERMO DE ACEITAÇÃO PARA RECEBIMENTO DE MATERIAL FORA DO ALMOXARIFADO (doc. Ref. ANEXO V da Ordem de Serviço "E" n. 14.693/2017).

PARÁGRAFO TERCEIRO - A documentação acessória aos Termos de Recebimento será a estabelecida pela Gerência de Suprimento, bem como os demais procedimentos e prazos implicados nesse processo.

PARÁGRAFO QUARTO - Para o pagamento de cada nota fiscal será obrigatória a apresentação do(s) citado(s) Termo(s) de Recebimento aprovado(s).

PARÁGRAFO QUINTO - O recebimento de materiais e equipamentos de valor superior a R\$ 150.000,00 deverá ser realizado por uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, conforme OS "E" nº 14.693/2017.

PARÁGRAFO SEXTO - Todos os documentos mencionados nesta cláusula ficarão autuados no processo administrativo referente à contratação, bem como no processo de prestação de contas que deverá ser aberto em virtude da OS "E" nº 14.695/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA – DA ACEITAÇÃO DEFINITIVA DO OBJETO

O objeto do contrato será recebido definitivamente ao final, mediante emissão do TERMO DE ACEITAÇÃO DEFINITIVA, que será produzido após a verificação da qualidade e quantidade da totalidade do material entregue, observando-se as seguintes etapas:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Nos casos de contratos de ATÉ R\$ 1 MILHÃO, o Gerente do Contrato solicitará à Comissão de Fiscalização designada o Formulário de Acompanhamento da Execução do Contrato (ANEXO II, IN AGE N.º 30), devidamente preenchido e assinado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Em seguida, procederá à verificação dos Aceites Provisórios emitidos e, inexistindo impropriedades, emitirá e assinará o Termo de Aceitação Definitiva.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Nos casos de contratos de VALOR SUPERIOR A R\$ 1 MILHÃO E INFERIOR A R\$ 37,5 MILHÕES, o Gerente do Contrato, além de observar os parágrafos primeiro e segundo desta cláusula, submeterá o Termo emitido à apreciação e assinatura do Diretor da área gestora do contrato. Nesse caso, o Coordenador da Comissão de Fiscalização do Contrato também assinará o Termo de Aceitação Definitiva.

PARÁGRAFO QUARTO - O prazo para emissão do Termo de Aceitação Definitiva será aquele descrito no item 2.2.4 da Ordem de Serviço "E" n. 14.693/17.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato desta contratação será publicado no Diário Oficial do Estado, para fins de mera publicidade, e posteriormente divulgado no sítio eletrônico da **CEDAE**.

PARÁGRAFO ÚNICO - Após a publicação no Diário Oficial, deverá ser observado o disposto na Deliberação TCE-RJ n. 280/2017 para o envio das informações nos casos exigidos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS MEDIDAS DE INTEGRIDADE – LEI ESTADUAL Nº 7.753/2017

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Na execução do presente Contrato é vedado às partes, dentre outras condutas:

- a) prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja;
- b) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
- c) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- d) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou

e) de qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A **CONTRATADA** compromete-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o **Código de Ética e Conduta da CEDAE**, presente no link www.cedae.com.br/governancacorporativa.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A violação aos parágrafos primeiro e segundo pelos administradores, empregados ou prestadores de serviços da **CONTRATADA**, a depender da gravidade da infração e dos danos causados à **CEDAE**, acarretará na aplicação das sanções administrativas previstas no contrato, rescisão unilateral e/ou ressarcimento de perdas e danos apurados.

Parágrafo Quarto - A comunicação imediata à **CEDAE** de eventual violação aos parágrafos primeiro e segundo, acompanhada das medidas tomadas pela **CONTRATADA**, suficientes para sanar a violação, desde que preservados os negócios da **CEDAE**, sua imagem e reputação, serão consideradas como atenuantes para o fim previsto no parágrafo anterior.

PARÁGRAFO QUINTO - A **CONTRATADA** se obriga a possuir e manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no "*conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública*".

PARÁGRAFO SEXTO - O programa de integridade será obrigatório nos contratos com prazo de vigência igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias cujo valor ultrapasse R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), para compras e serviços, ou R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para obras e serviços de engenharia; sendo facultativo nos demais casos.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A **CONTRATADA** que não possuir o programa de integridade já implantado deverá constituir-lo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura deste contrato.

PARÁGRAFO OITAVO - O não atendimento ao disposto no parágrafo sétimo implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.

PARÁGRAFO NONO - O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.

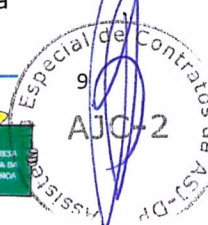
PARÁGRAFO DÉCIMO - O não cumprimento da exigência durante o período contratual acarretará na impossibilidade da contratação da empresa com a Administração Direta e Indireta do Estado do Rio de Janeiro até a sua regular situação.

PARÁGRAFO DÉCIMO-PRIMEIRO - O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.

PARÁGRAFO DÉCIMO-SEGUNDO - Caberá ao Gerente do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei Estadual 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.

PARÁGRAFO DÉCIMO-TERCEIRO - As ações e deliberações do Gerente do Contrato não poderão implicar interferência na gestão das empresas nem ingerência de suas competências, devendo ater-se a responsabilidade de aferir a implantação do Programa de Integridade por meio de prova documental emitida pela **CONTRATADA**."

PARÁGRAFO DÉCIMO-QUARTO - A prática de atos de contra a Administração Pública Estadual sujeitará a **CONTRATADA** às sanções previstas na Lei Federal nº 12.846/2013, na forma do Decreto Estadual n. 46.366/2018.




CLÁUSULA DÉCIMA NONA - FORO

Para dirimir quaisquer questões porventura decorrentes deste Contrato, as partes elegem o foro da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

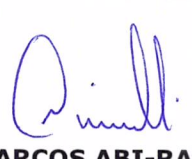
E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 02 de outubro de 2019.

Pela **CEDAE**:



JOSÉ BANDEIRA DE MELLO JÚNIOR
Diretor Financeiro e de Relações com
Investidores

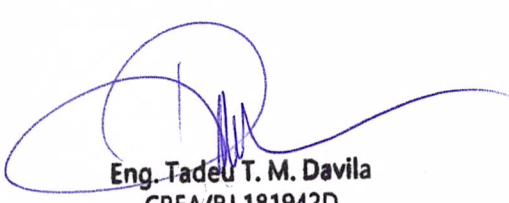


MARCOS ABI-RAMIA CHIMELLI
Diretor de Saneamento e Grande
Operação

Pela **CONTRATADA**:

GABRIEL GARCIA DE SOUZA NETO
Sócio Administrador

TESTEMUNHAS:



Eng. Tadeu T. M. Davila
CREA/RJ, 181942D
Petrotanque Metalúrgica Ltda.

contr-PETROTANQUE-METALURGICA-aquisição-de-tubo-telescópico-PE-616-2019-VBO

**DESPACHOS DO SECRETÁRIO
DE 10 DE SETEMBRO DE 2019**

PROCESSO Nº E-10/002/349/2019 - TORNO SEM EFEITO o autorizo publicado no Diário Oficial de 03 de julho de 2019, página 6, 2ª coluna.

PROCESSO Nº E-03/001/883/2019 - RETIFICO o autorizo publicado no Diário Oficial de 09 de agosto de 2019, página 2, 3ª coluna: **Onse se lê: AUTORIZO** a disposição do servidor CARLOS ANDERSON GOMES FLORE, Professor Docente I, matrícula 0951353-2. **Leia-se: AUTORIZO** a prorrogação da cessão dos servidores abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Educação, à Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do Rio de Janeiro - CECIERJ, nos termos do art. 1º do Decreto nº 46.560, de 21 de janeiro de 2019, a saber...

PROCESSO Nº E-03/001/1629/2019 - AUTORIZO a disposição do servidor NEY FERNANDO DE MELLO NEVES FILHO, Professor Docente I, ID Funcional nº 1906877, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Educação, para a Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, consoante os termos do Decreto nº 46.560, de 21 de janeiro de 2019.

PROCESSO Nº E-10/001/350/2019 - AUTORIZO a permanência da disposição do servidor JOSÉ LUIZ DIAS DAVID, Engenheiro Cartográfico III, ID Funcional nº 02708742-5, do Quadro de Pessoal da Companhia de Transportes Sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro - RIOTRILHOS, na Secretaria de Estado de Transportes, pelo prazo de 02 (dois) anos e sem ônus para o órgão cessionário.

PROCESSO Nº E-10/001/351/2019 - AUTORIZO a permanência da disposição do servidor RONALDO DE ABREU SERTÁ, Engenheiro Civil, ID Funcional nº 02708705-0, do Quadro de Pessoal da Companhia de Transportes Sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro - RIOTRILHOS, na Secretaria de Estado de Transportes, pelo prazo de 02 (dois) anos e sem ônus para o órgão cessionário.

PROCESSO Nº E-10/001/352/2019 - AUTORIZO a permanência da disposição do servidor SÉRGIO ARAUJO HIEMER, Analista de Sistema I, ID Funcional nº 2029226-0, do Quadro de Pessoal da Companhia de Transportes Sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro - RIOTRILHOS, na Secretaria de Estado de Transportes, pelo prazo de 02 (dois) anos e sem ônus para o órgão cessionário.

PROCESSO Nº E-10/004/610/2019 - AUTORIZO a disposição do servidor JOSÉ MÚCIO GUSMÃO PORTO, Auditor do Estado, ID Funcional nº 1959841-5, do Quadro de Pessoal da Controladoria Geral do Estado - CGE, à Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Estado do Rio de Janeiro - CODERTE, a contar de 26.06.2019, com ônus para o cessionário.

PROCESSO Nº E-12/207/1931/2019 - AUTORIZO a prorrogação, por 01 (um) ano, da cessão do servidor JOSÉ DE SOUZA MOREIRA, ID Funcional nº 5434947, do Quadro Especial Complementar da Administração Direta, para o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro/7ª Zona Eleitoral, sem ônus para o órgão cessionário.

PROCESSO Nº E-15/001/1227/2019 - AUTORIZO a disposição do servidor ANTONIO ALEXANDRE DA SILVA FERREIRA, Inspetor de Polícia, ID Funcional 5.022.321-6, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Polícia Civil - SEPOL, para a Secretaria de Estado de Governo e Relações Institucionais - SEGOV, pelo período de 02 (dois) anos, podendo ser renovado uma única vez, por igual período.

PROCESSO Nº E-17/004/10162/2018 - RETIFICO o autorizo publicado no Diário Oficial de 28 de maio de 2019, página 5, 3ª coluna. **Onse se lê: AUTORIZO** a disposição da servidora ANGELA CRISTINA DE CASTRO PACHECO, ...sem ônus para o órgão cessionário. **Leia-se: AUTORIZO** a disposição da servidora ANGELA CRISTINA DE CASTRO PACHECO, ...sem ônus para o órgão cessionário e com validade a contar de 19.06.2019.

PROCESSO Nº E-17/026/1380/2019 - AUTORIZO a cessão do servidor JOSÉ EVANGELISTA DE PAULA, ID Funcional nº 2851702-4, do Quadro de Pessoal da Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro - EMOP, para a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Obras, com validade a contar de 01 de agosto de 2019.

PROCESSO Nº E-26/005/2668/2019 - AUTORIZO a disposição da servidora SIMONE DE OLIVEIRA, Professor Docente II, ID Funcional nº 3931393-0, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Educação, para a Fundação de Apoio à Escola Técnica - FAETEC, consoante os termos do Decreto nº 46.560, de 21 de janeiro de 2019.

Id: 2207148

SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS**DESPACHOS DO SUBSECRETÁRIO
DE 27.08.2019**

PROCESSO Nº E-03/007/104010/2018 - DENISE DE CERQUEIRA SANTOS, ID Funcional nº 36502677, Professor Docente I, vínculo 1 (SEEDUC) e Professor I - História, matrícula nº 169932-1 (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro).

PROCESSO Nº E-03/005/104124/2018 - LUCIANA MARTINS, ID Funcional nº 33572844, Professor Docente II, vínculo 1 (SEEDUC) e Professor II, matrícula nº 10708741-4 (Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu).

PROCESSO Nº E-03/013/3205/2015 - SONIA MARIA MATHIAS DE LYRA, ID Funcional nº 34909443, Professor Docente II, vínculo 1 (SEEDUC) e Professor, matrícula nº 7363-1 (Prefeitura Municipal de Duque de Caxias).

PROCESSO Nº E-03/008/104280/2018 - ROBERTA DE SOUSA LIMA, ID Funcional nº 42013003, Professor Docente I - 16 horas, vínculo 1 (SEEDUC) e Professor I - Inglês, matrícula nº 271896-3 (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro).

PROCESSO Nº E-03/005/103579/2018 - TATIANA DAS GRAÇAS CORREIA, ID Funcional nº 44251270, Professor Docente I - 16 horas, vínculo 1 (SEEDUC) e Professor Docente I (História), matrícula nº 11681 (Prefeitura Municipal de Seropédica).

PROCESSO Nº E-03/004/102773/2018 - JANE JOSE VIANA DE ALMEIDA RAMOS, ID Funcional nº 37677756, Professor Docente II, vínculo 1 (SEEDUC) e Professor II - 25 horas - Padrão E, matrícula nº 15695 (Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes).

PROCESSO Nº E-03/008/100666/2018 - CELSO FRANCISCO COELHO, ID Funcional nº 37965956, Professor Docente I - 16 horas, vínculos 1 e 2 (SEEDUC).

LÍCITA A ACUMULAÇÃO DE CARGOS PELOS SERVIDORES, NOS TERMOS DO ART. 37, INCISO XVI, ALÍNEA "A" DA CRFB/1988.

Id: 2206979

SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS**DESPACHOS DO SUBSECRETÁRIO
DE 27.08.2019**

PROCESSO Nº E-03/016/9342/2019 - MARIA CEZARINA MUNIZ BORGES, ID Funcional nº 36984310, Professor Docente II, vínculo 1 (SEEDUC) e Professor Especialista (Classe G), matrícula nº 075433 (Prefeitura Municipal de Duque de Caxias).

PROCESSO Nº E-03/001/1432/2019 - KELLEN DAMASCENO DE SANTANA RIBEIRO, ID Funcional nº 41938909, Professor Docente I - 16 horas, vínculo 3 (SEEDUC) e Professor Docente I - 16 horas, vínculo 4 (SEEDUC).

PROCESSO Nº E-03/007/1989/2019 - ANA CRISTINA RODRIGUEZ ZUZARTE LANDI, ID Funcional nº 36895644, Professor Docente I, vínculo 1 (SEEDUC) e Professor I - História, matrícula nº 170962-5 (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro).

PROCESSO Nº E-03/016/3266/2018 - CARLA VALERIA DIAS ALMEIDA, ID Funcional nº 37003763, Professor Docente II, vínculo 1 (SEEDUC) e Professor II - Classe G, matrícula nº 70586 (Prefeitura Municipal de Duque de Caxias).

Id: 2206969

**SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS****DESPACHOS DO SUBSECRETÁRIO
DE 27.08.2019**

PROCESSO Nº E-03/004/1139/2019 - MARCIA VALERIA BARRETO CAETANO TAVARES, ID Funcional nº 37850989, Professor Docente II, vínculo 1 (SEEDUC) e Assistente Social III, matrícula 26747 (Fundação Municipal de Saúde de Campos dos Goytacazes).

PROCESSO Nº E-03/005/489/2014 - MARISTELA RODRIGUES LEMOS HERMSDORFF, ID Funcional nº 33432678, Professor Docente I - 16 horas, vínculo 2 (SEEDUC) e Supervisor Escolar, matrícula 11645/01 (Prefeitura Municipal de Quinze de Novembro).

PROCESSO Nº E-03/11001548/2004 - WALDILCIO DA SILVA SOARES, ID Funcional nº 25565621, Técnico Universitário II, vínculo 1 (UERJ) e Professor Docente I - 16 horas, vínculo 2 (SEEDUC).

LÍCITA A ACUMULAÇÃO DE CARGOS PELO SERVIDOR, NOS TERMOS DO ART. 37, INCISO XVI, ALÍNEA "B", DA CRFB/1988.

Id: 2206976

SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS**DESPACHOS DO SUBSECRETÁRIO
DE 27.08.2019**

PROCESSO Nº E-03/004/3635/2016 - RENATA NOGUEIRA CARDOSO, ID Funcional 50121456, Professor Docente I - 30 horas, vínculo 2 (SEEDUC) e Professor II, matrícula 0421025 (Prefeitura Municipal de Carapicuíba).

PROCESSO Nº E-03/8612067/2012 - LUCIMAR MEDEIROS MACHADO, ID Funcional 40692671, Professor Docente II, vínculo 1 (SEEDUC) e Professor Docente I - 30 horas, vínculo 4 (SEEDUC).

PROCESSO Nº E-03/0100028/2011 - SANDRA FÁRIA FERREIRA, ID Funcional 38189594, Professor Docente II, vínculo 1 (SEEDUC) e Professor Docente II, matrícula 15045 (Prefeitura Municipal de São Gonçalo).

PROCESSO Nº E-03/2610335/2010 - LUZIA DE FATIMA DA SILVEIRA, ID Funcional 34535519, Professor Docente I - 16 horas, vínculos 2 e 3 (SEEDUC).

PROCESSO Nº E-03/2130982/2009 - LECY CARSO TEIXEIRA, ID Funcional 43659063, Professor Docente I - 16 horas, vínculos 1 e 2 (SEEDUC).

LÍCITA A ACUMULAÇÃO DE CARGOS PELOS SERVIDORES, CONFORME DISPOE O ART. 37, INCISO XVI, ALÍNEA "A", DA CRFB/1988.

Id: 2206963

**ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CONSELHO ESTADUAL DE ARQUIVOS****ATO DO PRESIDENTE**

DELIBERAÇÃO CONEARQ Nº 08 DE 02 DE SETEMBRO DE 2019
DISPÕE SOBRE A CÂMARA TÉCNICA DE ARQUIVOS MUNICIPAIS E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE ARQUIVOS - CONEARQ, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 8º, do Decreto Estadual nº 29.357, de 15 de outubro de 2001 e suas alterações posteriores, na Portaria CONEARQ nº 01, de 16 de junho de 2003, e o que consta do Processo nº E-12/005/21/2019,

DELIBERA:

Art. 1º - Alterar, ad referendum do Plenário, a composição da Câmara Técnica de Arquivos Municipais, instituída através da Deliberação CONEARQ nº 04, de 23 de outubro de 2010, que passa a ser integrada pelos membros elencados abaixo:

- ANA CELIA RODRIGUES

Professora Doutora da Universidade Federal Fluminense - UFF

- CARLOS ROBERTO BASTOS FREITAS

Diretor do Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes

- DOMÍCIA GOMES

Arquivista do Arquivo Nacional

- ELIEZER PIRES DA SILVA

Professor Doutor da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

- JAIME ANTUNES DA SILVA

Arquivista, Historiador, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

- JULIANA LOUREIRO ALVIM CARVALHO

Mestre em Gestão de Documentos e Arquivos e Arquivista no Arquivo Municipal de Macaé.

- MARIA ANA QUAGLINO

Historiadora da Fundação D. João VI de Nova Friburgo e Ph.D. em História pela Universidade da Califórnia, Los Angeles (UCLA).

- PAULO KNAUSS DE MENDONÇA

Ph.D. em História pela Universidade de Estrasburgo, França, professor do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Diretor do Museu Histórico Nacional.

- THALES VICENTE DE SOUZA

Graduado em Biblioteconomia e Documentação, Mestre em Ciência da Informação, Graduando em Arquivologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF), e Chefe da Divisão de Apoio Técnico do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro - APERJ.

Art. 2º - Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o art. 2º, da Deliberação CONEARQ nº 04, de 28 de outubro de 2010.

Rio de Janeiro, 02 de setembro de 2019

JOSÉ LUIS CARDOSO ZAMITH

Presidente do Conselho Estadual de Arquivos

Id: 2206967

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA**CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS****DESPACHO DO DIRETOR
DE 06/09/2019**

PROC. Nº E-01/904.799/1986 - WANDERLEI MORAES MARTINS - Auxiliar Administrativo, matrícula nº 291.518-9. AUTORIZO a contagem em dobro de 90 (noventa) dias de licença prêmio não gozadas, para fins de aposentadoria, de acordo com o disposto no art. 80, inciso VII, do Decreto nº 24.797/79, correspondente ao período de 15/01/1986 a 13/04/1991, publicado no D.O. de 27/06/1991, totalizando 180 (cento e oitenta) dias de efetivo exercício.

Id: 2206727

**FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS,
PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS
DO RIO DE JANEIRO****DESPACHO DO PRESIDENTE
DE 10/09/2019**

PROCESSO Nº E-12/218/861/2019 - RECONHEÇO a dívida, no valor de R\$ 31.429,86 (trinta e um mil quatrocentos e oito reais e oito centavos), a favor da MINISTÉRIO DA FAZENDA RECEITA FEDERAL, referente ao recolhimento do PASEP dos meses de Janeiro/2017, Fevereiro/2017 e Março/2017, obedecendo as normas contidas no artigo 37 da Lei Federal nº 4.320/64, regulamentada pelo Decreto nº 62.115/68.

Id: 2207147

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 09/09/2019**

DESIGNA MARCOS LUIZ JOSE MARTINS, Técnico de Saneamento II, como Presidente, **WALLACE NEY CERQUEIRA DA SILVA**, Engenheiro C e **ROMILDO DE SOUZA MODESTO**, Agente de Saneamento G, como membros titulares e **DAVI FERREIRA DO MONTE**, Agente de Saneamento G, como membro suplente. Gerente do Contrato **ALESSANDRO DA CUNHA MOREIRA**, Agente Administrativo F e **MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO**, Técnico Contabilidade II, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada à "AQUISIÇÃO DE TUBOS TELESCÓPICOS PARA A 2ª AUTORA DE RIBEIRÃO DAS LAJES, DN 1750 (TRECHO PONTE COBERTA - INHAUMA - RJ", de que trata o Processo nº E-07/100.266/2019. Ordem de Serviço P/FIS nº 26.089-00/2019

Id: 2206988

**Secretaria de Estado de
Governo e Relações Institucionais****DESPACHO DO PREGOIEIRO
DE 09.09.2019**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº SEI-15/001/003269/2019
Licitação, na modalidade Pregão Eletrônico de nº PE 002/19

Lote 01: Torna público e para conhecimento dos interessados que o Lote 01 do presente procedimento restou **DESERTO**, com as devidas razões e justificativas nos autos do Processo Administrativo nº SEI-15/001/003269/2019.

Lote 02: Torna público e para conhecimentos dos interessados que o Lote 02 do presente procedimento restou **FRACASSADO**, com as devidas razões e justificativas nos autos do Processo Administrativo nº SEI-15/001/003269/2019.

Lote 03: **ADJUDICADO** o objeto do Lote 03 à Empresa P R ENGENHARIA E MANUTENÇÃO EIRELI-ME (CNPJ 22.426.196/0001), no valor global de R\$ 1.815,00 (mil oitocentos e quinze reais), com as devidas razões e justificativas nos autos do Processo Administrativo nº SEI-15/001/003269/2019.

Id: 2206984

**DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS
DE 09.09.2019**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº SEI-15/001/003269/2019
Licitação, na modalidade Pregão Eletrônico de nº PE 002/19

Lote 03: **HOMOLOGO** o objeto do Lote 03 à Empresa P R ENGENHARIA E MANUTENÇÃO EIRELI-ME (CNPJ 22.426.196/0001), no valor global de R\$ 1.815,00 (mil oitocentos e quinze reais), com as devidas razões e justificativas nos autos do Processo Administrativo nº SEI-15/001/003269/2019.

Secretaria de Estado de Fazenda**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA
DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS****ATO DA DIRETORA-GERAL**

*PORTARIA DGAF Nº 1818 DE 23 DE AGOSTO DE 2019

**DESIGNA MEMBROS PARA A COMISSÃO DE
ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO.**

A DIRETORA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores LÍGIA HELENA DA CRUZ OURIVES ID Funcional 5036156-2, ALEXANDRE ALVES SOARES ID Funcional 5035358-6 e ANA CECÍLIA DE SOUZA ID Funcional 4358108-0, para compor a Comissão de Acompanhamento da Execução, do Recebimento e da Fiscalização do Contrato nº 009/2019, celebrado com a Empresa BVQI DO BRASIL SOCIEDADE CERTIFICADORA LTDA, constante do Processo Administrativo nº SEI-04/0800000122/2019, sob a presidência do primeiro, conforme disposto no Parágrafo Único, do art. 2º da Resolução SEFAZ nº 791, de 25 de setembro de 2014.

Art. 2º - Designar os servidores NEUSA LOURENÇO SILVA ID Funcional 4204055-8, MARIA GISELE BASTOS SOARES DE FARIAS, ID Funcional 4318119-8 e FERNANDO GUSTAVO CAOVILLA DE OLIVEIRA ID Funcional 4261140-7, como substitutos dos servidores mencionados no artigo anterior.

Art. 3º - Designar a servidora KASSYA GOTELIP STEVENS ID Funcional 4327571-0 como Gestora do contrato mencionado no artigo 1º, conforme disposto no § 1º, do artigo 3º da Resolução SEFAZ nº 791, de 25 de setembro de 2014.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 23 de agosto de 2019

DÉBORA PEÇANHA GONÇALVES

Diretora-Geral de Administração e Finanças

*Omitida no D.O. de 26/08/2019.

Id: 2206955

SUBSECRETARIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA**DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS****ATO DA DIRETORA-GERAL**

PORTARIA DGAF Nº 1819 DE 03 DE SETEMBRO DE 2019

**SUBSTITUI MEMBRO NA COMISSÃO DE
ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO
QUE MENCIONA.**

A DIRETORA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso de suas atribuições legais,

02172719884,	pts	23:	CNH	n°	02519542943,	pts.	23:	CNH	n°
058011071662,	pts.	21:	CNH	n°	00082786562,	pts.	20:	CNH	n°
0039608801,	pts.	20:	CNH	n°	05745868695,	pts.	20:	CNH	n°
02141889505,	pts.	21:	CNH	n°	02998402948,	pts.	20:	CNH	n°
02780904706,	pts.	20:	CNH	n°	0164200162,	pts.	38:	CNH	n°
0242251536,	pts.	22:	CNH	n°	00347044679,	pts.	20:	CNH	n°
01191876543,	pts.	25:	CNH	n°	00383013050,	pts.	20:	CNH	n°
00198623825,	pts.	21:	CNH	n°	04540915637,	pts.	20:	CNH	n°
00016624743,	pts.	24:	CNH	n°	000908927990,	pts.	22:	CNH	n°
00079926330,	pts.	20:	CNH	n°	000276739548,	pts.	20:	CNH	n°
0436201303,	pts.	22:	CNH	n°	010638047600,	pts.	20:	CNH	n°
01015623163,	pts.	23:	CNH	n°	000000000000,	pts.	23:	CNH	n°
03844496033,	pts.	23:	CNH	n°	00263185504,	pts.	20:	CNH	n°
05762880728,	pts.	24:	CNH	n°	00474659370,	pts.	20:	CNH	n°
05069271250,	pts.	21:	CNH	n°	00830658655,	pts.	20:	CNH	n°
02362777037,	pts.	22:	CNH	n°	03098444525,	pts.	22:	CNH	n°
01469857906,	pts.	21:	CNH	n°	03880015757,	pts.	22:	CNH	n°
0006663501,	pts.	21:	CNH	n°	00287604303,	pts.	21:	CNH	n°
05265962206,	pts.	22:	CNH	n°	01156798951,	pts.	21:	CNH	n°
00994510500,	pts.	20:	CNH	n°	05050712594,	pts.	22:	CNH	n°
01622040000,	pts.	20:	CNH	n°	000000000000,	pts.	23:	CNH	n°
00014386740,	pts.	21:	CNH	n°	04611688594,	pts.	20:	CNH	n°
04384364032,	pts.	20:	CNH	n°	0253862700,	pts.	22:	CNH	n°
00124910781,	pts.	20:	CNH	n°	00351229994,	pts.	22:	CNH	n°
03080642191,	pts.	22:	CNH	n°	02899333425,	pts.	20:	CNH	n°
00080315295,	pts.	22:	CNH	n°	01069532548,	pts.	20:	CNH	n°
01649673829,	pts.	21:	CNH	n°	02106416733,	pts.	22:	CNH	n°
00711260097,	pts.	20:	CNH	n°	01503777158,	pts.	22:	CNH	n°
0071866025,	pts.	22:	CNH	n°	03929957789,	pts.	21:	CNH	n°
0405364100,	pts.	22:	CNH	n°	01682424000,	pts.	20:	CNH	n°
0026898454,	pts.	22:	CNH	n°	0000059520,	pts.	20:	CNH	n°
01641606707,	pts.	20:	CNH	n°	00129890249,	pts.	22:	CNH	n°
01084578560,	pts.	20:	CNH	n°	00328746040,	pts.	22:	CNH	n°
00725521920,	pts.	21:	CNH	n°	01207616104,	pts.	23:	CNH	n°
03006096324,	pts.	32:	CNH	n°	00037156840,	pts.	26:	CNH	n°
0032329859,	pts.	22:	CNH	n°	0039438351,	pts.	25:	CNH	n°
05344418106,	pts.	24:	CNH	n°	04269446900,	pts.	23:	CNH	n°
00022636455,	pts.	20:	CNH	n°	02628008920,	pts.	20:	CNH	n°
03003033226,	pts.	24:	CNH	n°	03071445008,	pts.	20:	CNH	n°
02018000000,	pts.	20:	CNH	n°	000000000000,	pts.	32:	CNH	n°
00132573331,	pts.	22:	CNH	n°	04563807430,	pts.	20:	CNH	n°
01036892220,	pts.	20:	CNH	n°	00117792962,	pts.	20:	CNH	n°
00025649693,	pts.	22:	CNH	n°	05947598829,	pts.	22:	CNH	n°
00323800728,	pts.	22:	CNH	n°	00142730014,	pts.	24:	CNH	n°
00017684530,	pts.	21:	CNH	n°	00041539872,	pts.	21:	CNH	n°
00745588405,	pts.	21:	CNH	n°	00041219544,	pts.	21:	CNH	n°
00063898000,	pts.	24:	CNH	n°	01714722858,	pts.	22:	CNH	n°
01078300719,	pts.	20:	CNH	n°	00000000000,	pts.	23:	CNH	n°
01011028083,	pts.	20:	CNH	n°	00050723051,	pts.	20:	CNH	n°
05918143940,	pts.	20:	CNH	n°	04933811120,	pts.	28:	CNH	n°
00223279052,	pts.	23:	CNH	n°	02579072534,	pts.	20:	CNH	n°
02083881167,	pts.	20:	CNH	n°	05419225556,	pts.	20:	CNH	n°
00176789698,	pts.	20:	CNH	n°	03596726401,	pts.	20:	CNH	n°
00326781188,	pts.	20:	CNH	n°	05402268692,	pts.	23:	CNH	n°
00568120022,	pts.	23:	CNH	n°	00000000000,	pts.	23:	CNH	n°
00616342515,	pts.	20:	CNH	n°	00454988725,	pts.	20:	CNH	n°
00291561801,	pts.	20:	CNH	n°	05693601128,	pts.	22:	CNH	n°
01287248473,	pts.	27:	CNH	n°	00625236488,	pts.	42:	CNH	n°
00413203630,	pts.	25:	CNH	n°	00041858378,	pts.	39:	CNH	n°
03619218347,	pts.	21:	CNH	n°	01030569820,	pts.	21:	CNH	n°
00582089039,	pts.	21:	CNH	n°	0511203612,	pts.	20:	CNH	n°
00354088681,	pts.	21:	CNH	n°	03573491308,	pts.	20:	CNH	n°
008665207,	pts.	20:	CNH	n°	05704223831,	pts.	20:	CNH	n°
00000000000,	pts.	20:	CNH	n°	000000000000,	pts.	23:	CNH	n°
00064950340,	pts.	20:	CNH	n°	01139280868,	pts.	21:	CNH	n°
00497519488,	pts.	21:	CNH	n°	02408639704,	pts.	21:	CNH	n°
03866140196,	pts.	21:	CNH	n°	00262288103,	pts.	20:	CNH	n°
00017768143,	pts.	40:	CNH	n°	04136211348,	pts.	22:	CNH	n°
03328418771,	pts.	22:	CNH	n°	00190178477,	pts.	25:	CNH	n°
0145048913,	pts.	21:	CNH	n°	00456037450,	pts.	22:	CNH	n°
00116849818,	pts.	20:	CNH	n°	00081284498,	pts.	24:	CNH	n°
00000000000,	pts.	20:	CNH	n°	000000000000,	pts.	26:	CNH	n°
00280543010,	pts.	20:	CNH	n°	04638383640,	pts.	20:	CNH	n°
00327183005,	pts.	22:	CNH	n°	00116600170,	pts.	23:	CNH	n°
00516531912,	pts.	20:	CNH	n°	04370061714,	pts.	23:	CNH	n°
00152968980,	pts.	23:	CNH	n°	04544306693,	pts.	24:	CNH	n°
01089048035,	pts.	20:	CNH	n°	00344859317,	pts.	22:	CNH	n°
00050508884,	pts.	20:	CNH	n°	00206614522,	pts.	67:	CNH	n°
03409738957,	pts.	23:	CNH	n°	00282472305,	pts.	21:	CNH	n°
00000000000,	pts.	26:	CNH	n°	03428538776,	pts.	21:	CNH	n°
00000000000,	pts.	20:	CNH	n°	000000000000,	pts.	21:	CNH	n°
04245387461,	pts.	23:	CNH	n°	05560289306,	pts.	21:	CNH	n°
01179914615,	pts.	24:	CNH	n°	04659950420,	pts.	22:	CNH	n°
00905600247,	pts.	23:	CNH	n°	05270783779,	pts.	26:	CNH	n°
00251720237,	pts.	22:	CNH	n°	00212665930,	pts.	20:	CNH	n°
01508664455,	pts.	22:	CNH	n°	04988010870,	pts.	21:	CNH	n°
00224212630,	pts.	22:	CNH	n°	00480708005,	pts.	20:	CNH	n°
0439357226,	pts.	21:	CNH	n°	00212439311,	pts.	21:	CNH	n°
05813809155,	pts.	21:	CNH	n°	00211987912,	pts.	23:	CNH	n°
00000000000,	pts.	25:	CNH	n°	03300000000,	pts.	21:	CNH	n°
03193023020,	pts.	26:	CNH	n°	03888329083,	pts.	20:	CNH	n°
00196688984,	pts.	21:	CNH	n°	01314070005,	pts.	24:	CNH	n°
00271933620,	pts.	23:	CNH	n°	05016950061,	pts.	21:	CNH	n°
03144212682,	pts.	20:	CNH	n°	05816036870,	pts.	20:	CNH	n°
00319819373,	pts.	27:	CNH	n°	00008829690,	pts.	24:	CNH	n°
05378074296,	pts.	21:	CNH	n°	00068187946,	pts.	26:	CNH	n°
00000000000,	pts.	20:	CNH	n°	000000000000,	pts.	21:	CNH	n°
00151989326,	pts.	23:	CNH	n°	00139318134,	pts.	31:	CNH	n°
00017718080,	pts.	22:	CNH	n°	02202697394,	pts.	21:	CNH	n°
00318187014,	pts.	20:	CNH	n°	00313230603,	pts.	46:	CNH	n°
03094527409,	pts.	21:	CNH	n°	00117150402,	pts.	22:	CNH	n°
00217155282,	pts.	20:	CNH	n°	043035142842,	pts.	20:	CNH	n°
01010711083,	pts.	23:	CNH	n°	01318704324,	pts.	29:	CNH	n°
00000540092,	pts.	24:	CNH	n°	00064839997,	pts.	34:	CNH	n°
01019889000,	pts.	21:	CNH	n°	000000000000,	pts.	23:	CNH	n°
05366212125,	pts.	21:	CNH	n°	02354187194,	pts.	20:	CNH	n°
00347239626,	pts.	30:	CNH	n°	00768379880,	pts.	21:	CNH	n°
00118218363,	pts.	23:	CNH	n°	00322585757,	pts.	24:	CNH	n°
05970698254,	pts.	22:	CNH	n°	00282389165,	pts.	24:	CNH	n°
00272985757,	pts.	22:	CNH	n°	00768402683,	pts.	23:	CNH	n°
00265238210,	pts.	22:	CNH	n°	02250890421,	pts.	20:	CNH	n°
00326077323,	pts.	22:	CNH	n°	000608073975,	pts.	22:	CNH	n°
00000000000,	pts.	20:	CNH	n°	000000000000,	pts.	23:	CNH	n°
03681677226,	pts.	21:	CNH	n°	00275543958,	pts.	22:	CNH	n°
00064824366,	pts.	20:	CNH	n°	04962262148,	pts.	20:	CNH	n°
00219010603,	pts.	21:	CNH	n°	01944517094,	pts.	23:	CNH	n°
00259742348,	pts.	23:	CNH	n°	00140710848,	pts.	23:	CNH	n°
00348080205,	pts.	20:	CNH	n°	03696610119,	pts.	23:	CNH	n°
00326610130,	pts.	24:	CNH	n°	00165063939,	pts.	21:	CNH	n°
00000000000,	pts.	48:	CNH	n°	00555036335,	pts.	22:	CNH	n°
05279530034,	pts.	20:	CNH	n°	00000141767,	pts.	20:	CNH	n°
04238213108,	pts.	20:	CNH	n°	00217166894,	pts.	22:	CNH	n°
00165280054,	pts.	20:	CNH	n°	01334471306,	pts.	23:	CNH	n°
05107407900,	pts.	23:	CNH	n°	03308717537,	pts.	22:	CNH	n°
00017124600,	pts.	23:	CNH	n°	01151668800,	pts.	20:	CNH	n°
00470563521,	pts.	22:	CNH	n°	01177705103,	pts.	23:	CNH	n°
00708917435,	pts.	20:	CNH	n°	00288709271,	pts.	22:	CNH	n°
00000000000,	pts.	20:	CNH	n°	000000000000,	pts.	23:	CNH	n°
00093130095,	pts.	23:	CNH	n°	05348479924,	pts.	20:	CNH	n°
04985211150,	pts.	25:	CNH	n°	01137041493,	pts.	23:	CNH	n°
00312892017,	pts.	21:	CNH	n°	03411659546,	pts.	23:	CNH	n°
0070566156,	pts.	20:	CNH	n°	03164847562,	pts.	23:	CNH	n°
01428212534,	pts.	21:	CNH	n°	00519905050,	pts.	20:	CNH	n°
00342306103,	pts.	23:	CNH	n°	01734738713,	pts.	20:	CNH	n°
00757971924,	pts.	23:	CNH	n°	00080739670,	pts.	21:	CNH	n°
00467569286,	pts.	23:	CNH	n°	00030374423,	pts.	20:	CNH	n°
00226681634,	pts.	21:	CNH	n°	03588474726,	pts.	21:	CNH	n°
				00148356557,	pts.	23:	CNH	n°	

00482402950,	pts. 28;	CNH nº	00065223159,	pts. 24;	CNH nº	
0025899722,	pts. 22;	CNH nº	00824128701,	pts. 22;	CNH nº	
01170413826,	pts. 21;	CNH nº	00408754203,	pts. 22;	CNH nº	
00224133873,	pts. 22;	CNH nº	05003522297,	pts. 24;	CNH nº	
00344891104,	pts. 29;	CNH nº	00020370498,	pts. 20;	CNH nº	
015551714299,	pts. 23;	CNH nº	011628050106,	pts. 20;	CNH nº	
05452663680,	pts. 21;	CNH nº	00105628010,	pts. 29;	CNH nº	
01627579025,	pts. 22;	CNH nº	013400244631,	pts. 21;	CNH nº	
012512902417,	pts. 21;	CNH nº	02845475479,	pts. 26;	CNH nº	
00132053450,	pts. 21;	CNH nº	01510685794,	pts. 22;	CNH nº	
03792092970,	pts. 24;	CNH nº	025900011011,	pts. 22;	CNH nº	
04182212904,	pts. 22;	CNH nº	00168903027,	pts. 21;	CNH nº	
03603301510,	pts. 21;	CNH nº	00143248930,	pts. 23;	CNH nº	
02526022727,	pts. 27;	CNH nº	05759250443,	pts. 20;	CNH nº	
02799415945,	pts. 20;	CNH nº	00043292670,	pts. 20;	CNH nº	
02674888273,	pts. 22;	CNH nº	01214008204,	pts. 20;	CNH nº	
0454848922,	pts. 22;	CNH nº	01450814020,	pts. 20;	CNH nº	
03644800658,	pts. 21;	CNH nº	00490850231,	pts. 20;	CNH nº	
00161006710,	pts. 22;	CNH nº	01469946122,	pts. 21;	CNH nº	
04634254330,	pts. 22;	CNH nº	02493642437,	pts. 26;	CNH nº	
0497598977,	pts. 21;	CNH nº	0110196528,	pts. 22;	CNH nº	
02564916476,	pts. 23;	CNH nº	00170016300,	pts. 30;	CNH nº	
03419418392,	pts. 20;	CNH nº	00034739387,	pts. 24;	CNH nº	
00262361481,	pts. 23;	CNH nº	00121881066,	pts. 21;	CNH nº	
02693834414,	pts. 20;	CNH nº	02138700435,	pts. 20;	CNH nº	
04800411658,	pts. 24;	II; CNH nº	0481166932,	pts. 20;	II; CNH nº	
08831150126,	pt. 24;	II; CNH nº	00078409555,	pt. 165 - A; CNH nº		
04744268874,	pt. 24;	II; CNH nº	04855114715,	art. 248; II; CNH nº		
0473683572,	pt. 24;	II; CNH nº	05102371178,	pt. 218; II; CNH nº		
0093212187,	pt. 24;	II; CNH nº	05509054232,	pt. 244; II; CNH nº		
00268049211,	pt. 170; CNH nº	004448765604,	pt. 244; II; CNH nº			
0112926856,	pt. 170; CNH nº	06415928539,	pt. 165 - A; CNH nº			
05820686301,	pt. 244; II; CNH nº	01866407589,	pt. 165 - A; CNH nº			
06594051823,	pt. 244; II; CNH nº	05678659894,	pt. 244; II; CNH nº			
05507254311,	pt. 218; II; CNH nº	09863023035,	pt. 244; II; CNH nº			

Id: 212754

VICE-GOVERNADORIA					
FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM					
EXTRATO DE TERMO					
IDENTIFICAÇÃO: Convênio nº 29/2019, sem repasse de recursos financeiros, assinado em 10.10.2019. **PARTES:** DER/RJ, e o Município de IGUAIBA GRANDE - RJ. **OBJETO:** Execução de obras, conservação e manutenção e demais ações, que contribuam para melhoria da malha rodoviária do estado do rio de janeiro, nos trechos que encontram-se dentro do município convenente. **PRAZO:** 60 (sessenta) meses. **FUNDAMENTO:** Lei Federal nº 8.666/1993, alterada pela Lei Complementar nº 101/2000, Lei Estadual nº 4.320/1964. **PROCESSO Nº E-16/002.00503/2019.**					
					Id: 212764
VICE-GOVERNADORIA					
FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM					
EXTRATO DE TERMO					
IDENTIFICAÇÃO: Convênio nº 20/2019, sem repasse de recursos financeiros, assinado em 30.09.2019. **PARTES:** DER/RJ, e o Município de JAPERÍ - RJ. **OBJETO:** Execução de obras, conservação e manutenção e demais ações, que contribuam para melhoria da malha rodoviária do Estado do Rio de Janeiro, nos trechos que encontram-se dentro do município convenente. **PRAZO:** 60 (sessenta) meses. **FUNDAMENTO:** Lei Federal nº 8.666/1993, alterada pela Lei Complementar nº 101/2000, Lei Estadual nº 4.320/1964. **PROCESSO Nº E-16/002.00503/2019.**					
					Id: 212765
VICE-GOVERNADORIA					
FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM		</			

<p>AUDITORIA DE RIBEIRÃO DAS LAJES, DN 1750 (TRECHO PONTE COBERTA - IN-HAUMA - RJ). PRAZO: 60 (sessenta) dias. VALOR TOTAL: R\$ 319.500,00 (trezentos e dezenove mil e quinhentos reais). DATA DE ASSINATURA: 02/10/2019. FUNDAMENTO: Processo nº E-07/100.266/2019 (Pregão Eletrônico nº 618/2019 - ADPR-31).</p>	<p>Id: 22125551</p>
<p>COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS</p> <p>EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL</p> <p>INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 113/2019 (DSG). PARTE: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE S/A e a WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS DO NORDESTE LTDA. OBJETO: "AQUISIÇÃO DE GASES ESPECIAIS: ARGÔNIO, NITRÓGENIO, HÉLIO E ACETILENO". PRAZO: 12 (doze) meses. VALOR: R\$ 23.929,94 (vinte e três mil novecentos e vinte e nove reais e noventa e quatro centavos). DATA DE ASSINATURA: 03/10/2019. FUNDAMENTO: Processo nº E-07/100.718/2018 (Pregão Eletrônico nº 619/2019).</p>	<p>Id: 22125601</p>
<p>Secretaria de Estado de Governo e Relações Institucionais</p> <p>SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS</p> <p>EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS</p> <p>*INSTRUMENTO: 7º Termo Aditivo ao Contrato nº 002/2016. PARTE: O Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado de Governo e a empresa Working Plus Comércio e Serviços Ltda. OBJETO: Alteração quantitativa do Contrato nº002/2016, relativo à aquisição de equipamentos de informática (03 notebooks e 15 desktops), para atender as demandas da Operação Segurança Presente. PRAZO: A partir de 01/10/2019. VALOR DO TERMO ADITIVO E DO CONTRATO: Dá-se ao termo aditivo o valor de R\$1.215,50 (um mil duzentos e quinze reais e cinquenta centavos), totalizando o contrato no valor de R\$105.669,15 (cento e cinco mil seiscentos e sessenta e nove reais e quinze centavos). DATA DA ASSINATURA: 27/09/2019. FUNDAMENTO: Art. 58, inciso I, c/c o art. 65, inciso I, e da Lei Federal nº 8.666/93. PROCESSOS N°S E-23/001/899/2016 e E-15/001/195/2016. *Omitido no D.O. de 01/10/2019.</p> <p>*INSTRUMENTO: 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 016/2017. PARTE: O Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado de Governo e a empresa Mapride Indústria e Comércio de Produtos Ltda. OBJETO: Prorrogação prazo de vigência do Contrato nº 016/2017, relativo à prestação de serviços de gestão de sistema de monitoramento e rastreamento móvel, com armazenamento (storage), fornecimento de equipamentos, peça, suporte, manutenção e mão de obra especializada, na forma do Termo de Referência, para atender as demandas da Operação Lei Seca. PRAZO: Prazo de vigência do contrato de 12 (doze) meses, a contar de 01/10/2019, dando-se ao contrato o prazo total de 32 (trinta e dois) meses. VALOR DO TERMO ADITIVO E DO CONTRATO: Dá-se ao termo aditivo o valor de R\$ 472.512,72 (quatrocentos e setenta e dois mil e quinhentos e doze reais e setenta e dois centavos, totalizando o contrato o valor R\$1.440.277,56 (um milhão, quatrocentos e quarenta mil duzentos e setenta e sete reais e cinquenta e seis centavos). DATA DA ASSINATURA: 27/09/2019. FUNDAMENTO: Art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93. PROCESSO N° E-15/001/971/2017. *Omitido no D.O. de 01/10/2019.</p>	<p>Id: 22127255</p>
<p>Secretaria de Estado de Fazenda</p> <p>SUBSECRETARIA DE PATRIMÔNIO MÓVEL</p> <p>EXTRATOS DE TERMOS</p> <p>INSTRUMENTO: Termo de Entrega e Recebimento, lavrado no LIVRO: E-09/SUGGEST, Fls: 114 a 117, TERMO Nº 23. PARTE: Estado do Rio de Janeiro e a Secretaria de Estado de Educação-SE-EDUC. OBJETO: Imóvel situado na Avenida Brasil, nº 19644, Coelho Neto/RJ. DATA DA ASSINATURA: 03 de outubro de 2019. PROCESSO N° E-04/120/109/2017.</p> <p>INSTRUMENTO: Termo de Entrega e Recebimento, lavrado no LIVRO: E-09/SUGGEST, Fls: 118 a 121, TERMO Nº 24. PARTE: Estado do Rio de Janeiro e a Secretaria de Estado de Educação-SE-EDUC. OBJETO: Imóvel situado na Rua Frei Timóteo, s/nº, Campos Grande/RJ. DATA DA ASSINATURA: 03 de outubro de 2019. PROCESSO N° E-04/120/111/2017.</p> <p>INSTRUMENTO: Termo de Entrega e Recebimento, lavrado no LIVRO: E-09/SUGGEST, Fls: 122 a 127, TERMO Nº 25. PARTE: Estado do Rio de Janeiro e a Secretaria de Estado de Educação-SE-EDUC. OBJETO: Imóvel situado na Rua Pereira da Costa, nº 101, Madureira/RJ. DATA DA ASSINATURA: 03 de outubro de 2019. PROCESSO N° E-04/130/8/2017.</p> <p>INSTRUMENTO: Termo de Entrega e Recebimento, lavrado no LIVRO: E-09/SUGGEST, Fls: 128 a 134, TERMO Nº 26. PARTE: Estado do Rio de Janeiro e a Secretaria de Estado de Educação-SE-EDUC. OBJETO: Imóvel situado na Avenida dos Democráticos, nº 271, Higienópolis/RJ. DATA DA ASSINATURA: 03 de outubro de 2019. PROCESSO N° E-04/120/114/2017.</p>	<p>Id: 22124931</p>
<p>COMISSÃO DE PREGÃO</p> <p>AVISO</p> <p>A COMISSÃO DE PREGÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA - SEFAZ torna pública que fará realizar no Portal de Compras do Estado do Rio de Janeiro a licitação, abaixo mencionada, inicialmente marcada para o dia 29/12/2017, devendo ser inscritas novas propostas considerando as alterações promovidas no Termo de Referência, minuta de edital e Minuta de contrato, todas divulgadas em pacotes e quantitativos previstos neste Termo, a fim de promover o desempenho, disponibilidade e a eficácia necessária à infraestrutura de processamento de dados de acordo com requisitos de execução e seus diversos sistemas de missão crítica.</p> <p>TIPO: Menor Preço Global por Lote.</p> <p>LIMITE DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS: 22/10/2019, às 09h50min.</p> <p>ABERTURA DAS PROPOSTAS: 22/10/2019, às 10h00min.</p> <p>SESSÃO: 22/10/2019, às 10h00min.</p> <p>PORTAL ELETRÔNICO: www.compras.rj.gov.br.</p> <p>PROCESSO N° E-04/109/14/2017.</p>	<p>Id: 22124020</p>